

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS

EXEMPLAR N.º

Comando do Pessoal

AGE.124

NORMA DE EXECUÇÃO PERMANENTE

TÍTULO: ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

ASSUNTO: INDEMNIZAÇÃO POR RESCISÃO CONTRATUAL DA INICIATIVA DO MILITAR EM RV/RC

Refª:

- a) Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15Set – Lei Orgânica do Exército;
- b) Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14Nov – Regulamento da Lei do Serviço Militar;
- c) Despacho n.º 13634/2005, de 02Jun – Cálculo da Indemnização por Rescisão Contratual;
- d) Despacho n.º 139/CEME/2012, de 28Ago - Indemnização por Rescisão Contratual;
- e) Comunicação de Serviço n.º 109/2012 de 12 de setembro da Direção de Finanças.

1. **FINALIDADE**

Difundir os procedimentos a adotar pelas U/E/O do Exército no âmbito da aplicação dos procedimentos a adotar no que concerne à aplicação do preconizado no Despacho n.º 13634/2005, de 02 de Junho (refª c)), **Indemnização por Rescisão Contratual da iniciativa dos militares nos Regimes de Voluntariado (RV) e de Contrato (RC).**

2. **ENQUADRAMENTO LEGAL**

- a. O Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM), documento em refª b), diploma aprovado pelo Decreto-Lei número 289/2000, de 14 de Novembro, prevê no seu artigo 49.º o pagamento de uma indemnização ao Estado por parte do militar que por sua iniciativa rescinda o vínculo contratual **durante o período de instrução complementar ou antes do termo do período mínimo a que se encontra vinculado** (1 ano para a prestação de serviço em RV e 2 anos para a prestação de serviço em RC), tendo em conta os custos envolvidos na formação ministrada e a expectativa da afetação funcional do militar.
- b. A alínea e) do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro (refª a)), estabelece como receitas próprias do Exército as indemnizações devidas pelo pessoal, previstas em legislação própria, pela rescisão de contratos.
- c. O Despacho n.º 139/CEME/2012, de 28 de Agosto (refª d)), estabelece os procedimentos a serem efetuados pelos vários intervenientes na execução dos processos de rescisão de contrato aquando da sua ocorrência. A sua alínea e) do ponto 1., determina que o pagamento da indemnização é efetuado na U/E/O onde o militar presta serviço, através de

Entidade responsável
EM/Comd Pess

Alteração n.º / data
ORIGINAL / DEC2012

Classificação
RESERVADO

AGE. 124	INDEMNIZAÇÃO POR RESCISÃO CONTRATUAL DA INICIATIVA DO MILITAR EM RV/RC	PAG 2
----------	---	-------

transferência bancária para a conta da U/E/O na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., ou por cheque endereçado ao IGCP, E.P.E..

- d. O n.º 2 do Despacho, referido anteriormente, estabelece que o Comando do Pessoal se constitui como órgão centralizador da execução de todo o processo do cálculo da indemnização, em estrita coordenação com o Comando da Instrução e Doutrina e o Comando da Logística.

3. **GENERALIDADES**

a. **Vínculo contratual**

- (1) O vínculo contratual corresponde à relação jurídica que é estabelecida entre o militar em RV ou RC e o Exército, mediante a celebração do competente contrato, de acordo com a Portaria nº 418/2002, de 19Abr. Este contrato estipula a duração a que ambas as partes se vinculam, prevendo, contudo, a lei a possibilidade do mesmo ser rescindido quer por iniciativa do Exército, quer por iniciativa do militar, antes de decorrido do período mínimo contratualmente consagrado (um ano, no caso dos militares em RV e dois anos, no caso dos militares em RC).
- (2) Procedimento de rescisão de contrato a pedido do militar:
 - (a) A manifestação de vontade de rescindir contrato por iniciativa do militar é expressa mediante a apresentação de requerimento (elaborado de acordo com o **Anexo A**), junto da respetiva U/E/O;
 - (b) O requerimento deverá obrigatoriamente conter a data pretendida para a cessação do contrato, bem como, em anexo, cópia do último Boletim de Vencimentos do requerente;
 - (c) A U/E/O envia o requerimento do militar para despacho à RPM/DARH acompanhado de informação modelo 16;
 - (d) A rescisão do vínculo contratual não produzirá efeitos enquanto o militar estiver em situação de campanha, integrado em forças fora dos quartéis ou bases, ou embarcado em unidades navais ou aéreas, a navegar ou em voo, bem como no desempenho de missões temporárias de serviço fora do território nacional.

b. **Cálculo da indemnização**

- (1) Nos termos do Despacho do MDN n.º 13634/2005, de 2 de Junho, documento em refª c), regulamentado pelo Exército através do Despacho 139/CEME/12, de 28 de Agosto (refª d)), a indemnização a pagar pelo militar, que por sua iniciativa rescinda o vínculo

Entidade responsável EM/Command Pess	Alteração n.º / Data ORIGINAL / DEC2012	Classificação RESERVADO
--	---	-----------------------------------

AGE. 124	INDEMNIZAÇÃO POR RESCISÃO CONTRATUAL DA INICIATIVA DO MILITAR EM RV/RC	PAG 3
----------	--	-------

contratual durante o período de instrução complementar ou antes do termo do período mínimo a que se encontra vinculado, é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$I = (C_{IB} + C_{IC}) \times \frac{T_{IC} \times (T_C - T_S)}{D_{IC} \times T_C} + \frac{C_{QA} \times (TMC_{QA} - TS_{QA})}{TMC_{QA}}$$

em que:

- I* = Indemnização por rescisão durante a vigência do vínculo contratual;
- C_{IB}* = Custos da instrução básica;
- C_{IC}* = Custos da instrução complementar;
- T_{IC}* = Tempo frequentado na instrução complementar até à rescisão (em dias úteis);
- D_{IC}* = Duração da instrução complementar (em dias úteis);
- T_C* = Vínculo contratual (em dias);
- T_S* = Tempo de serviço cumprido após a instrução militar (em dias);
- C_{QA}* = Custos das ações de qualificação e atualização subsequentes à fase da instrução militar;
- TMC_{QA}* = Tempo mínimo de contrato que falta cumprir à data da qualificação (em dias);
- TS_{QA}* = Tempo de serviço cumprido após as ações de qualificação e atualização subsequentes à fase da instrução militar (em dias).

- (2) O custo dos cursos é calculado tendo em conta 100% dos seguintes fatores:
- Vencimentos dos instrutores e do pessoal de apoio, referindo-se os vencimentos a homens/hora afetos à execução de cada curso;
 - Encargos de manutenção das infraestruturas, bem como os inerentes ao alojamento;
 - Despesas acrescidas de execução do curso, designadamente:
 - Consumos de secretaria relativos a material de apoio fornecido aos alunos e necessário à execução do curso;
 - Munições, explosivos e combustíveis;
 - Depreciação de equipamentos/materiais;
 - Custos decorrentes da utilização de meios orgânicos;
 - Despesas de formação com pessoal técnico;
 - Custos administrativos gerais.
- (3) No custo dos cursos são ainda tidos em conta 50% dos seguintes fatores:
- Vencimentos auferidos pelo militar;
 - Alimentação.

Entidade responsável EM/Cmd Pess	Alteração n.º / Data ORIGINAL / DEC2012	Classificação RESERVADO
--	---	-----------------------------------

AGE. 124	INDEMNIZAÇÃO POR RESCISÃO CONTRATUAL DA INICIATIVA DO MILITAR EM RV/RC	PAG 4
----------	--	-------

- (4) A rescisão do vínculo contratual por iniciativa dos militares, **durante a instrução complementar**, implica:
- (a) A devolução obrigatória do fardamento e o pagamento de uma parcela do respetivo custo decorrente da sua depreciação, a qual é aferida por tabelas de depreciação aprovadas por despacho do Chefe do Estado-Maior do ramo;
 - (b) O pagamento dos artigos em falta ao preço de custo;
 - (c) Podem ainda ser determinados por despacho do Chefe do Estado-Maior do ramo os artigos cuja recolha não tenha interesse para o ramo, os quais são pagos ao preço de custo.
- (5) Os valores dos fatores que integram o custo de cada curso são fixados por despacho do Chefe do Estado-Maior do Exército sob proposta do Comando da Instrução e Doutrina.

c. Audiência dos interessados

- (1) Antes de ser tomada a decisão final, os militares têm o direito de ser ouvidos no procedimento, devendo ser informados sobre o sentido provável da decisão, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo. Neste sentido, é-lhes facultada a possibilidade de, em prazo não inferior a 10 dias úteis, dizerem o que se lhes oferecer.
- (2) Não há lugar a audiência dos interessados quando a decisão seja urgente ou quando seja razoavelmente de prever que a diligência possa comprometer a execução ou a utilidade da decisão.
- (3) A audiência dos interessados pode ser dispensada se os interessados já se tiverem pronunciado no procedimento sobre as questões que importem à decisão e sobre as provas produzidas ou se os elementos constantes do procedimento conduzirem a uma decisão favorável aos interessados.

d. Das notificações

- (1) As notificações das decisões aos interessados devem ser feitas de preferência pessoalmente, devendo o notificado assinar e datar o duplicado da notificação.
- (2) Caso a notificação pessoal não seja possível, a notificação deve ser feita por carta registada para a morada indicada pelos mesmos. A notificação considera-se efetuada no terceiro dia posterior ao do registo, ou se este não for dia útil, no dia útil seguinte.
- (3) Em caso de urgência, o serviço pode notificar os interessados por telefone, sem prejuízo de, no dia útil imediato, a notificação ser confirmada nos termos do parágrafo anterior.

Entidade responsável EM/Comd Pess	Alteração n.º / Data ORIGINAL / DEC2012	Classificação RESERVADO
---	---	-----------------------------------

AGE. 124	INDEMNIZAÇÃO POR RESCISÃO CONTRATUAL DA INICIATIVA DO MILITAR EM RV/RC	PAG 5
----------	---	-------

- (4) É dever do militar manter os seus dados pessoais permanentemente atualizados nos arquivos da sua U/E/O (GRH) nomeadamente, morada e telefone para efeitos de notificação das decisões que lhe digam respeito, sendo-lhe imputável uma eventual devolução da carta registada de notificação.

e. Do pagamento da indemnização

A contabilização do pagamento ao Exército da indemnização devida pelo pessoal em situações de rescisão de contrato (o qual constituirá receita própria do Exército), deverá ser processada através de transferência bancária ou por cheque entregue na tesouraria da U/E/O.

4. PROCEDIMENTOS A ADOTAR

a. RPM/DARH/CmdPess

Após a receção do requerimento do militar, a Repartição de Pessoal Militar da Direção de Administração de Recursos Humanos (RPM/DARH) verifica se o militar se encontra no período mínimo a que se encontra vinculado (um ano para militares em RV e dois anos para militares em RC), em caso afirmativo:

- (1) É efetuado o cálculo do valor da indemnização a pagar pela formação e pelo período do pré-aviso em falta, caso tal suceda;
- (2) O valor da formação é obtido, tendo em atenção os valores por formando, fornecidos pelo CID;
- (3) Do valor encontrado é notificado o militar, que tem 10 dias úteis para, querendo, alegar o que se lhe oferecer;
- (4) Se o militar se pronunciar, proceder-se-á à análise do alegado pelo militar, realizando-se, se for caso disso, as diligências que se considerem necessárias. Após esta tramitação, será tomada a decisão final, a qual lhe será notificada;
- (5) Se, decorrido o prazo de 10 dias úteis sem que o militar se pronuncie, deverá proceder-se à notificação da decisão final;
- (6) No caso de a decisão ser no sentido do deferimento, deve constar do texto daquela decisão que a mesma fica condicionada ao efetivo pagamento da indemnização por parte do militar;
- (7) **Anexo B** - Minuta de notificação do cálculo da formação;
- (8) **Anexo C** – Despacho.

Entidade responsável EM/Cmd Pess	Alteração n.º / Data ORIGINAL / DEC2012	Classificação RESERVADO
--	---	-----------------------------------

AGE. 124	INDEMNIZAÇÃO POR RESCISÃO CONTRATUAL DA INICIATIVA DO MILITAR EM RV/RC	PAG 6
----------	---	-------

b. RGFC/DFin

No cumprimento do definido na alínea e) do ponto 1. do Despacho em referência d) e tendo em consideração que a Repartição de Gestão Financeira e Contabilidade da Direção de Finanças (RGFC/DFin) se constitui como a Tesouraria do Exército, após a transferência da U/E/O, a **RGFC/DFin deverá ser informada** do facto, até ao dia útil seguinte, através do e-mail dfin.pcontas@mail.exercito.pt, recebendo em anexo os seguintes documentos:

- (1) Comprovativo da transferência da conta U/E/O para a conta da DFIN/RGFCTESOURARIA;
- (2) Digitalização da Nota da DARH onde consta o valor a indemnizar pelo Militar;
- (3) Ficha do Militar que Rescinde Contrato, **Anexo D**.

c. UEO

- (1) Envia o requerimento para a RPM/DARH, devidamente informado pelo Comandante, Diretor ou Chefe que deverá ser acompanhado de cópia do último Boletim de Vencimentos do requerente;
- (2) Notifica o militar, nomeadamente, para efeitos de audiência dos interessados e da decisão da RPM/DARH, bem como do montante apurado a título da indemnização;
- (3) Informa a DARH da liquidação pelo militar da indemnização, tendo em vista obter autorização daquela Direção para proceder à execução da decisão;
- (4) Processa contabilisticamente o pagamento da indemnização como receita própria do Exército, transferindo o valor correspondente para a RGFC/DFin de acordo com as instruções constantes do Guião do SIGDN 02/FIN/06 e Comunicação de Serviço n.º 109/2012 de 12 de setembro da Direção de Finanças, documento em referência e).

Entidade responsável EM/Cmd Pess	Alteração n.º / Data ORIGINAL / DEC2012	Classificação RESERVADO
--	---	-----------------------------------

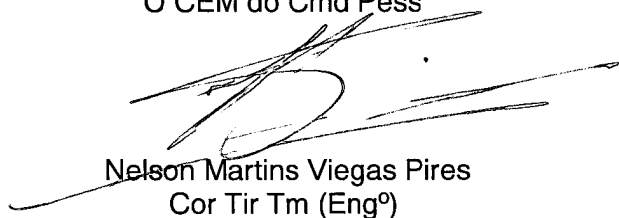
AGE. 124	INDEMNIZAÇÃO POR RESCISÃO CONTRATUAL DA INICIATIVA DO MILITAR EM RV/RC	PAG 7
----------	---	-------

Aprovo

O AGE

Luis Miguel de Negreiros Morais de Medeiros
TGEN

Autenticação
O CEM do Cmd Pess



Nelson Martins Viegas Pires
Cor Tir Tm (Engº)

ANEXOS:

- A - Modelo de Requerimento de Cessação de Contrato;
- B - Minuta de Notificação do Cálculo da Formação;
- C – Despacho;
- D - Ficha do Militar que Rescinde Contrato.

DISTRIBUIÇÃO: De acordo com o disposto na NEP AGE.004.

Entidade responsável EM/Cmd Pess	Alteração n.º / Data ORIGINAL / DEC2012	Classificação RESERVADO
--	---	-----------------------------------



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS

EXEMPLAR N.º

Comando do Pessoal

AGE.124

NORMA DE EXECUÇÃO PERMANENTE

ANEXO A – Modelo de Requerimento de Cessação de Contrato

Excelentíssimo Senhor

Chefe do Estado-Maior do Exército

(NIM), (Posto) (RV/RC), (AF/Especialidade), (Nome), a prestar serviço no(a) (U/E/O) desde (Data) vem por este meio requer a V.Ex.^a, nos termos da al. b), do n.º 4, do art.º 300.º do EMFAR, conjugada com a Portaria n.º 418/2002, de 19 de Abril, a rescisão do seu vínculo contratual com efeitos a partir de (Data de disponibilidade requerida).

Pede deferimento,

(Local), ____ de ____ de ____

Em anexo

Cópia do último Boletim de Vencimentos – SIM NÃO

Entidade responsável EM/Cmd Pess	Alteração n.º / data ORIGINAL / DEC2012	Classificação RESERVADO
--	---	-----------------------------------

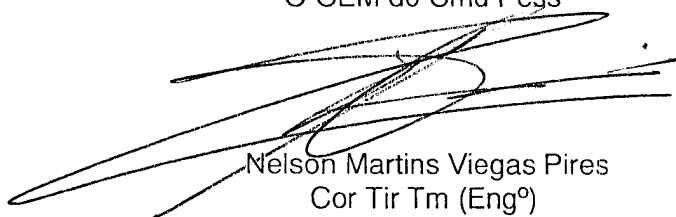
AGE.124	ANEXO A – Modelo de Requerimento de Cessação de Contrato	PAG A-2
---------	---	------------

Aprovo

O AGE

Luis Miguel de Negreiros Morais de Medeiros
TGEN

Autenticação
O CEM do Cmd Pess



Nelson Martins Viegas Pires
Cor Tir Tm (Engº)

Distribuição: Com a NEP AGE.124

Entidade responsável EM/Cmd Pess	Alteração n.º / Data ORIGINAL / DEC2012	Classificação RESERVADO
--	---	-----------------------------------



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS

EXEMPLAR N.º

Comando do Pessoal

AGE.124

NORMA DE EXECUÇÃO PERMANENTE

ANEXO B – Minuta de Notificação Cálculo da Formação

ASSUNTO:	Cessação do Regime de Contrato – Cálculo da Formação
Refª:	

Encarrega-me o Exmo. MGen DARH de comunicar que:

1. Por despacho de **(Data)** do Chefe da RPM, foi **DEFERIDO** o requerimento através do qual o **(Identificação do Militar)**, do(a) **(U/E/O)**, solicitava a CESSAÇÃO DE CONTRATO ao abrigo da alínea b) do n.º 04 do Art.º 300.º do EMFAR, aprovado pelo Dec-Lei 197-A/03, de 30Ago, em **(Data de Rescisão)**.
2. Com efeito, nos termos do art. 49.º do Regulamento da Lei do Serviço Militar, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 289/2000 de 14 de Novembro, em conjugação com o Despacho nº. 13634/2005 de 02 de Junho, de S. Exª. o Ministro da Defesa, o militar que por sua iniciativa rescinda unilateralmente o contrato antes do termo do período mínimo a que se encontra vinculado (RC – 2 anos, RV – 1 ano), fica sujeito ao pagamento de uma indemnização ao Estado, pelas despesas de formação e a expectativa da afetação funcional do militar.
3. Tal indemnização ficou estipulada no seguinte valor ...€, **(enunciar os factores que determinaram este valor)**.
4. A rescisão do contrato depende, ainda, da apresentação de pré-aviso com a antecedência mínima de 60 dias, ou de uma indemnização no valor da remuneração base correspondente ao período de pré-aviso em falta, nos termos da cláusula 5 do nº 3 do Anexo “A” da portaria nº 418/2002, de 09 de Abril e do disposto no n.º 6 do Despacho nº. 13634/2005 de 02 de Junho, de S. Exª. o Ministro da Defesa.
5. Ora, o **(Identificação abreviada do Militar)** apresentou o requerimento de rescisão em **(data do Requerimento)**, pedindo a rescisão para **(data da rescisão, 60 dias após a data do Requerimento)**, cumprindo, assim, os 60 dias de pré-aviso.
6. Na data de **(dia seguinte à data da rescisão, 60 dias após a data do Requerimento)**, o militar é considerado na situação de disponibilidade, sendo abatido ao ficheiro de contratados desta Repartição.
7. Deve o militar ser notificado nos termos dos Artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, para que este se pronuncie, querendo, por escrito e no prazo de 10 (dez) dias úteis,

Entidade responsável EM/Comd Pess	Alteração n.º / data ORIGINAL / DEC2012	Classificação RESERVADO
--------------------------------------	--	----------------------------

AGE.124	ANEXO B – Cessação do Regime de Contrato – Cálculo da Formação	PAG B-2
---------	--	------------

acerca do montante apurado a título de indemnização por custos de formação e a expectativa da afetação funcional.

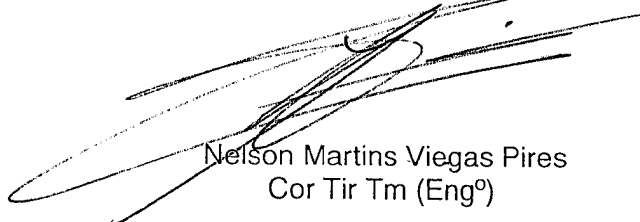
O Chefe da RPM

Aprovo

O AGE

Luis Miguel de Negreiros Morais de Medeiros
TGEN

Autenticação
O CEM do Cmd Pess



Nelson Martins Viegas Pires
Cor Tir Tm (Engº)

Distribuição: Com a NEP AGE. 124

Entidade responsável EM/Cmd Pess	Alteração n.º / Data ORIGINAL / DEC2012	Classificação RESERVADO
--	---	-----------------------------------



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS

EXEMPLAR N.º

Comando do Pessoal

AGE.124

NORMA DE EXECUÇÃO PERMANENTE

ANEXO C – Despacho

ASSUNTO:	Cessação do Regime de Contrato - Comunicado de despacho
Refª:	

Encarrega-me o Exmo. MGen DARH de comunicar que:

1. Por requerimento datado de **(Data)**, o **(Identificação do Militar)**, do(a) **(U/E/O)**, solicitou a CESSAÇÃO DE CONTRATO ao abrigo da alínea b) do n.º 04 do Art.º 300.º do EMFAR, aprovado pelo Dec-Lei 197-A/03, de 30Ago, em **(Data de Rescisão)**.
2. Por despacho de **(Data)** do Chefe da RPM, foi-lhe **DEFERIDO** tal pedido e comunicado que teria de pagar a quantia de **xxx,xx €** a título de indemnização.
3. Conforme determina o art.100.º do Código de Procedimento Administrativo, o **(Identificação abreviada do Militar)** foi notificado a fim de se vir pronunciar, querendo, em sede de Audiência Prévia.
4. O militar supra identificado não veio alegar nenhum elemento (não se pronunciou), de facto ou de direito, que pudesse alterar o sentido inicial da decisão, pelo que terá de pagar o montante acima indicado.
5. Solicitar que o **(Identificação do Militar)** seja notificado do teor integral do presente da presente nota, nos termos e para os efeitos do art. 68.º a 70.º do Código de Procedimento Administrativo, com devolução de cópia a esta Repartição.

O Chefe da RPM

Entidade responsável EM/Cmd Pess	Alteração n.º / data ORIGINAL / DEC2012	Classificação RESERVADO
--	---	-----------------------------------

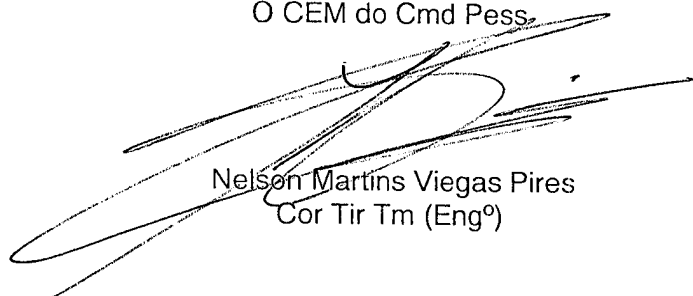
AGE.124	ANEXO C – Cessação do Regime de Contrato – Comunicação de Despacho	PAG C-2
---------	--	------------

Aprovo

O AGE

Luis Miguel de Negreiros Morais de Medeiros
TGEN

Autenticação
O CEM do Cmd Pess.



Nelson Martins Viegas Pires
Cor Tir Tm (Engº)

Distribuição: Com a NEP AGE.124

Entidade responsável EM/Cmd Pess	Alteração n.º / Data ORIGINAL / DEC2012	Classificação RESERVADO
--	---	-----------------------------------



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS

EXEMPLAR N.º

Comando do Pessoal

AGE.124

NORMA DE EXECUÇÃO PERMANENTE

ANEXO D – Ficha do Militar que Rescinde Contrato



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
(OCAD)
(U/E/O)

FICHA DO MILITAR QUE RESCINDE CONTRATO

Posto	
Nim	
Nome	
Rua	
Localidade	
Código postal	
Nif	
Valor da indemnização	

ASSINATURA (1)

DATA: __/__/__

(1) Assinatura legível conforme BI ou Cartão de Cidadão

Entidade responsável EM/Cmd Pess	Alteração n.º / data ORIGINAL / DEC2012	Classificação RESERVADO
-------------------------------------	--	----------------------------

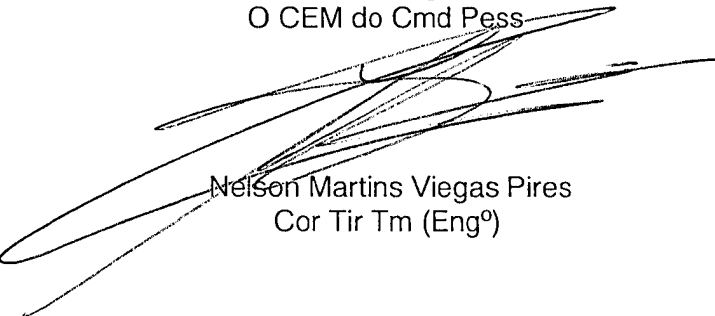
AGE.124	ANEXO D – Ficha do Militar que Rescinde Contrato	PAG D-2
---------	--	------------

Aprovo

O AGE

Luis Miguel de Negreiros Morais de Medeiros
TGEN

Autenticação
O CEM do Cmd Pess



Nelson Martins Viegas Pires
Cor Tir Tm (Engº)

Distribuição: Com a NEP AGE.124

Entidade responsável EM/Cmd Pess	Alteração n.º / Data ORIGINAL / DEC2012	Classificação RESERVADO
--	---	-----------------------------------